

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras
ISSN: 2359-2354
Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024
Site/contato <https://revistas.unilab.edu.br/>
Editores
Dr. Pedro Acosta-Leyva.
email:leyva@unilab.edu.br.
Dra. Juliana Barreto Farias.
Email: julianafarias@unilab.edu.br

ENTREVISTA COM VANICLÉIA SILVA SANTOS

Por Juliana Barreto Farias

Vanicléia Silva Santos se autodefine como uma "historiadora da cultura material africana e na diáspora". Seguindo em uma longa duração, suas pesquisas nessa área começaram com as bolsas de mandinga no século XVIII, tema de sua tese de doutorado (2008), passaram por suas experiências no Museu Afro-Brasil, em São Paulo, até chegarem, mais recentemente, aos marfins no mundo atlântico e às coleções de peças africanas nos museus ocidentais. Tudo isso acabou por levá-la ao Penn Museum da Universidade da Pensilvânia, na cidade estadunidense da Filadélfia. Atualmente, ela é curadora da Coleção de Arte Africana do museu e professora do Departamento de Estudos Africanos na mesma universidade.

Primeira professora titular de História da África da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde permaneceu de 2010 a 2022, Vanicléia Santos vem formando uma nova geração de historiadores africanistas, que já se tornaram também docentes em universidades brasileiras e fora do país. Nascida em 1977, na pequena vila baiana de Paraíso (à época, "tinha uns 500 habitantes"), no município de Jacobina, no norte da Chapada Diamantina, com 17 anos ingressou no curso de História da Universidade do Estado da Bahia, no campus de Jacobina (a cerca de 30 quilômetros de Paraíso). Mal havia concluído a graduação, ela já estava aprovada no mestrado em História na PUC de São Paulo, cidade em que mais tarde também defendeu o doutorado

(USP, 2008). Autora de diversos artigos e livros sobre história da África e da diáspora africana, entre os quais *Marfins africanos como insígnias de poder: contextos de produção e usos dentro e fora da África e Cultura, história intelectual e patrimônio na África ocidental (séculos XV-XIX)*. Em 2023, esteve à frente da publicação do décimo volume da coleção História Geral da África, da Unesco, dedicado a África e suas diásporas.

No final de uma tarde ensolarada, em pleno verão de Salvador, iniciamos, por vídeo, essa conversa, que se estendeu por mais de duas horas, e ainda prosseguiu em trocas de mensagens que foram complementando perguntas e respostas. Do outro lado do Atlântico, no gélido inverno da Filadélfia, a historiadora baiana, protegida do tempo em seu escritório na Universidade da Pensilvânia, lembrou, com emoção, de sua infância e adolescência entre Paraíso e Jacobina, no sertão baiano; da influência fundamental de sua família negra, e em especial de seu pai, em sua formação educacional; e da ousadia da jovem baiana que chegou a São Paulo, sem conhecer quase nada da grande metrópole, concluiu seus estudos e ainda voltou tempos depois. Orgulho da avó fateira, que vendia miúdos de gado e porco em Paraíso, também falou sobre suas experiências como professora universitária, sua diversificada produção acadêmica e o trabalho mais recente de curadoria e pesquisa sobre artes africanas e afro-diaspórica, incluindo o complexo debate sobre a restituição de objetos aos países africanos. Reconhecendo o vigor do campo da história da África no Brasil, não se distanciou de um olhar crítico sobre essa produção feita no Brasil e também nos Estados Unidos, conclamando os pesquisadores brasileiros a abandonarem o "imperialismo" epistemológico e historiográfico, liderado pelos Estados Unidos, e homenagearem cada vez mais autores brasileiros e africanos. Afinal, como diz, "citar é uma homenagem".

Gostaria que começasse falando sobre sua infância em Paraíso, no sertão da Bahia, e como foi o incentivo à educação nesse momento, que você já mencionou estar muito ligado à história de seu pai.

Vanicleia Silva Santos: Desde pequena, entendi que o investimento na nossa educação estava ligado ao trauma que meu pai vivenciou na escola. Como não havia escola em nosso povoado, meu pai, Noel Amaro dos Santos, estudava no Colégio Deocleciano, que reunia a elite de Jacobina. Passava a semana na casa de uma professora da Igreja Católica que ofereceu o apoio à família. Conseguir ingressar nesse colégio era uma conquista

quase impossível, mas meu pai o fez com muito apoio da família. Certa vez, meu pai me levou para conhecer sua professora e ela revelou que ele era o aluno mais brilhante do Ginásio (na época, do 5º ao 9º ano). Contudo, um incidente devastador mudou sua trajetória: ele se machucou na perna, e a cicatrização demorou mais do que o esperado. Durante esse período, seus colegas o intimidaram, dizendo que sua perna estava estragada. Sendo o único menino negro na escola, meu pai não suportou a situação e desistiu, sem que a escola oferecesse apoio. Essas histórias dolorosas eram frequentemente compartilhadas por meu pai quando éramos crianças. Ele nos mostrava cadernos cheios de lições de matemática, francês e poesias, lembranças de um potencial interrompido pela violência e discriminação. O trauma de não concluir a escola deixou marcas profundas em nossa família. Meu pai veio de uma família negra, e ele tinha a pele mais escura do que os demais irmãos e irmãs, o que intensificou suas dificuldades. Por isso, sua mãe, Eliza Oliveira Dias, decidiu investir na educação dele. Quando ela tinha 80 anos, perguntei para a minha avó porque focou mais na educação dele e não na de outros familiares. Ela respondeu: “Porque ele é o mais preto.” Havia um projeto de proteção e de oferecer mais oportunidades educacionais para aqueles com a pele mais escura. O investimento da minha avó transformou a vida do meu pai, tornando-o o mais bem-sucedido da família, impactando positivamente nossas vidas também. Apesar das adversidades, meu pai sempre acreditou que a educação era a única coisa valiosa que poderia nos oferecer. Minha mãe, Vera Lúcia Belo, e meu pai encararam a educação como uma missão sagrada, criando um projeto educacional voltado para nosso futuro. Hoje, vejo claramente que o sacrifício e a determinação do meu pai foram fundamentais para quebrar o ciclo de violência e discriminação que ele enfrentou. Sua história é um testemunho de resiliência e amor, que o levou a investir na educação como ferramenta de transformação social.

E como foi isso na cidade de Paraíso?

Vanicléia Silva Santos: Paraíso é uma vila na zona rural, localizada a trinta quilômetros de distância da sede, Jacobina. Quando eu nasci, na minha vila tinha uns 500 habitantes. Mais tarde, nos 1990, passou a ter ônibus e energia elétrica regular. Mas, mesmo naquele contexto de campo, meus pais faziam com que a gente estivesse no centro do universo. Para eles, Paraíso era o melhor lugar do mundo, nossa escola era a melhor de todas, e nós éramos as alunas mais brilhantes e inteligentes da região. E nós acreditamos plenamente nisso. Essa visão criou um ambiente de profundo pertencimento e empoderamento

peçoal e familiar. Sentia-me valorizada e especial, mesmo quando a escola não reconhecia meu esforço da mesma forma. Crescer fora de um ambiente urbano não nos limitou; minhas irmãs, meu irmão e eu fomos educados para além das noções de centro e periferia. Acreditávamos firmemente que estávamos no centro e que não estávamos em situação de inferioridade com outras pessoas de outros lugares maiores.

Poderíamos dizer que esse projeto familiar é também um projeto de muitas famílias negras brasileiras?

Vanicléia Silva Santos: Exatamente. O projeto educativo da nossa família é um exemplo que reflete muitas outras famílias negras fora dos grandes centros urbanos. Permita-me contextualizar melhor o cenário social que estou descrevendo. Paraíso está localizado no semiárido baiano, uma das áreas mais secas do norte da Bahia. Nesse local, a desigualdade social é intensa e a maioria das pessoas vive de forma simples. Minhas avós maternas eram iletradas, enquanto apenas um avô era letrado. Meu avô paterno, João Amaro dos Santos, era marchante, uma profissão de grande importância na vila, o que lhe garantia uma condição financeira estável. Minha avó paterna era fateira, o que lhe garantia renda própria. Do lado materno, meu avô José Belo da Silva e minha avó Alice Alves da Silva eram pequenos comerciantes. Então, eles pertenciam ao lumpemproletariado – pessoas que trabalham diariamente para sustentar a família e que são importantes socialmente naquele contexto. Quando minha avó materna decidiu investir na educação de um de seus filhos, o mais negro da família, ela estava agindo por medo de que ele fosse relegado a uma função indigna. Apesar de viver em um contexto simples, ela reconhecia que sua condição social era ligeiramente melhor que a de outras pessoas e queria proporcionar a ele uma oportunidade de ascensão. Minha família materna, sendo maior e com menos recursos que a paterna, enfrentou desafios educacionais. Minha mãe e meus tios frequentaram a escola em Paraíso, mas abandonaram os estudos na idade escolar devido ao ambiente hostil. Eles contam sobre castigos físicos que as professoras aplicavam com pesadas palmatórias de madeira durante as aulas para punir quem não respondesse as questões corretamente. Mesmo diante desse contexto social adverso, nossa família, como muitas outras famílias brasileiras, tinha a missão de criar pessoas letradas. Acredito que este é, de fato, um projeto típico de famílias negras, que lutam para superar as barreiras impostas pela

desigualdade social e racial através da educação.

Ao longo de todos esses anos, como foi para sua família, especialmente para seus pais e seus avós, acompanharem toda sua progressão profissional?

Vanicléia Silva Santos: Ao longo dos anos, minha família, especialmente meus pais e avós, desempenhou um papel fundamental no acompanhamento da minha progressão profissional. Meus avós entenderam que nossa geração representava um avanço significativo na família e estavam profundamente comprometidos em apoiar nossa formação. Eles frequentemente me incentivavam a valorizar a educação, pedindo que eu escrevesse cartas para os filhos que viviam em São Paulo, demonstrando o quanto valorizavam meu desenvolvimento acadêmico. Como símbolo desse apoio, me presentearam com os tão significativos anéis de conclusão do ensino médio, marcando etapas importantes da minha jornada. Infelizmente, meus avós maternos não puderam acompanhar de perto todo o meu percurso – minha avó Alice desenvolveu Alzheimer e meu avô José Belo faleceu quando eu era adolescente. Por outro lado, minha avó Elizia, que envelheceu de forma saudável, esteve presente e atenta à minha trajetória. Deixe-me compartilhar um momento marcante: quando terminei o doutorado, não tinha recursos para realizar os concursos que desejava. Como você sabe, os custos para disputar uma vaga em concursos são elevados: inscrições, passagens, hospedagem, alimentação, livros, entre outros. Em 2009, comentei com minha avó sobre minha inscrição em uma universidade federal. Ela me chamou para sua casa naquela noite, me entregou cinco notas de 100 reais e disse: “Vai fazer esse concurso, porque seu pai disse que, se você passar, vai ganhar muito dinheiro. Você estudou muito e eu sei que é muito inteligente.” Quase não acreditei ao receber aquele gesto de tanto amor e apoio. Outro exemplo significativo ocorreu em 2012, quando já era professora em Minas Gerais. Convidei minha avó para me visitar e ela ficou admirada com a UFMG e com a minha posição lá. Durante a estada conosco, numa manhã, enquanto minha irmã Vanileia Silva Santos, que trabalha no Ministério Público de Minas Gerais, estudava para um concurso de magistratura e eu preparava aulas, minha avó observou e comentou: “Sabe o que eu gosto muito aqui? Não tem aquela agonia de lavar pratos, fazer comida, lavar roupa, casa cheia de crianças chorando...” Ela ficava feliz de ver minha irmã e eu vivendo como intelectuais, sabendo que éramos frutos das sementes que ela plantou. Quanto aos meus pais, eles acompanham de perto nosso progresso profissional. Minha mãe é a força motora por trás deste projeto – ele pensava e ela fazia acontecer. Meus pais formaram uma

excelente parceria neste projeto educacional, monitorando nosso desenvolvimento e dialogando constantemente conosco. Esse apoio inabalável continua sendo fundamental para nós, nos motivando a alcançar nossos objetivos e a superar desafios.

A História já era uma opção desde o início?

Vanicléia Silva Santos: Não, estudar História não foi uma opção desde o início. Permita-me compartilhar uma parte interessante sobre a minha trajetória escolar. No Colégio Municipal de Paraíso, onde eu estava, só oferecia ensino até a 8ª série. E meus pais já tinham que não nos enviaria para estudar em Jacobina, talvez por causa do trauma do passado. Para resolver essa questão, eles se uniram a outros pais de estudantes de Paraíso e solicitaram ao prefeito de Jacobina a criação de um colégio na nossa vila, o que foi aprovado com sucesso. Naquela época, as opções para o Ensino Médio eram: uma preparação para entrar na universidade, conhecida como Ensino Científico, ou uma formação técnico/profissionalizante com diversas opções, como Magistério e cursos técnicos em várias áreas. Meus pais decidiram que eu deveria seguir pelo Magistério no Paraíso e também fazer o curso de Técnicas Agropecuárias. Durante três anos, cursei dois cursos técnicos simultaneamente: estudava de manhã e de tarde em Jacobina, e à noite, em Paraíso. A ideia era garantir que, de alguma forma, eu teria uma fonte de renda, caso meus pais falecessem – eu teria a fazenda para cuidar ou poderia me tornar professora. Gostava muito das duas áreas, mas me encantei especialmente pelo curso de Técnicas Agropecuárias. Adorava trabalhar no laboratório e, durante um ano, fiz estágio no laboratório de análises químicas da EBDA (Empresa Baiana de Pesquisas Agropecuárias), onde realizava análises de solo e trabalhava com a reprodução do besouro enrola-bosta (*Onthophagus taurus*), para o controle biológico da mosca-do-chifre. Enfim, estava profundamente imersa no mundo da biologia e da química. Essa experiência multifacetada me proporcionou uma base sólida em áreas científicas, mas a paixão pela História surgiu posteriormente, à medida que eu refletia sobre a importância de compreender o passado para construir um futuro melhor. A trajetória inicial em Técnicas Agropecuárias complementou minha formação, oferecendo uma perspectiva prática que enriqueceu minha visão acadêmica e profissional.

E daí para a História...

Vanicléia Silva Santos: A mudança de planos do curso de graduação foi motivada por razões práticas. No final do terceiro ano do Ensino Médio, eu desejava fazer o vestibular

para Agronomia na Universidade Federal de Cruz das Almas. Contudo, meus pais foram totalmente contra a minha ideia, pois eu tinha apenas 17 anos. A intenção de ingressar na universidade já era real para nós, mas precisava ser em Jacobina. Foi então que recebi a ajuda de Antenor Barbosa, um professor que trabalhava no curso de Magistério do Paraíso e possuía uma formação política sólida, totalmente alinhada com as ideias de Paulo Freire. Ele revolucionou a escola, lecionando disciplinas de humanidades como História, Geografia, Sociologia e até Psicologia. Antenor fazia um esforço enorme para desenvolver nosso senso crítico. Quando eu estava prestes a concluir o último ano do Magistério, em 1995, ele me disse: “Você deve fazer História na UNEB de Jacobina, porque você tem senso crítico”. Barbosa explicou para nossa família detalhadamente como funcionava o processo burocrático para se inscrever no vestibular. Era necessário ir ao antigo Banco do Estado da Bahia, pegar um formulário de inscrição, preenchê-lo e pagar a taxa. Depois, os Correios enviavam uma carta confirmando a inscrição, o curso escolhido e o local das provas. Não era um processo simples, mas ele nos auxiliou com toda a burocracia. Assim, fui aprovada na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para cursar História. Apesar da escolha ter sido de ordem prática, eu adorava a matéria de História e ele percebeu isso. No ano seguinte, minha irmã também fez o vestibular para a mesma universidade, mas o processo foi mais simples para ela, pois eu já havia aprendido todo o procedimento burocrático e ensinei para ela.

Como foi mudar de Paraíso para Jacobina?

Vanicléia Silva Santos: Eu nunca morei em Jacobina, porque meus pais não permitiram. Jacobina é a sede do município, com cerca de 100 mil habitantes, sendo uma referência no sertão da Bahia. Até os 16 anos, ela era a minha única referência de cidade grande, já que eu nunca tinha visitado nenhuma outra cidade. Estudar em Jacobina foi fundamental para ampliar minha visão de convivência com pessoas além do meu círculo familiar e para enfrentar preconceitos. Foi lá que percebi como os moradores da cidade olhavam para quem não era local, evidenciando a distinção entre Jacobina urbana e os habitantes dos povoados rurais, entre negros e brancos, e etc. Mesmo sem ter me mudado definitivamente para lá, adquiri uma experiência valiosa que me preparou para viver em cidades maiores.

Falando um pouco da graduação em História, quais eram as referências, temas de pesquisas, discussões historiográficas?

Vanicléia Silva Santos: Minha formação teórica e metodológica na graduação em História foi extremamente eurocêntrica. Nós líamos apenas teorias e metodologias produzidas na França, Itália e Inglaterra. Os estudos empíricos sobre história antiga, medieval e moderna eram absolutamente europeus e norte-americanos. Estudiosos brasileiros, geralmente de São Paulo e Rio de Janeiro, apareciam apenas quando tratavam das disciplinas de Brasil e Américas. Não havia disciplinas sobre Ásia ou África; aliás, essas regiões nem existiam no vocabulário acadêmico da época. Com o tempo, minha formação em história social passou a ser fortemente influenciada pela historiografia baiana. Meus professores e professoras das disciplinas de História da Bahia estavam fazendo pós-graduação na UFBA, o que nos levou a ler intensivamente a historiografia produzida em Salvador. O estudo da historiografia local e o convívio com colegas que compartilhavam suas experiências de pesquisa despertaram meu interesse em seguir para a pós-graduação em História. Fortemente influenciada pelos estudos sobre as populações negras de Salvador, decidi que faria mestrado para escrever sobre a história da população negra de Jacobina. Meu sonho era estudar na UFBA, mas havia uma lenda de que apenas quem tinha graduação na UFBA conseguia ingressar na pós-graduação da mesma instituição. Então, comecei a pensar em um plano alternativo. Um dia, vi um cartaz que anunciava: “Mestrado, Doutorado, PUC São Paulo, faça sua inscrição!”. Foi muito intuitivo, Juliana. Pensei: essa é a minha oportunidade. A UFBA parecia inalcançável! Elaborei meu projeto imediatamente e enviei para a PUC-SP sem contar a ninguém, nem ao meu orientador de Iniciação Científica, por medo de que ele desaconselhasse, dizendo que eu ainda era muito jovem e deveria esperar... Eu tinha pressa. No dia em que cheguei a São Paulo para a seleção do mestrado, encontrei meu orientador na PUC, que estava lá para a seleção do doutorado! No fundo, gostaria de ter ido para a UFBA, mas acabei indo para São Paulo.

E quantos anos tinha nessa época?

Vanicléia Silva Santos: Eu tinha 20 anos.

Como foi a chegada dessa jovem de 20 anos a São Paulo?

Vanicléia Silva Santos: Minha ida para São Paulo em 1999 foi marcada por um deslocamento significativo, pois foi a primeira vez que saí do seio da família. Cheguei à PUC de São Paulo em um período em que muitos professores de diversas universidades brasileiras estavam fazendo doutorado por meio de programas de cooperação entre a PUC

e universidades do Nordeste, Norte e Sul do país. Isso me proporcionou a oportunidade de dialogar com pessoas de diferentes regiões do Brasil e conhecer suas pesquisas. Esse momento foi crucial para entender as tendências das pesquisas que atraíam estudantes de todo o Brasil para a PUC-SP. Além disso, aprendi a navegar pelo sistema universitário de São Paulo, conheci melhor a cidade e estabeleci muitas boas relações acadêmicas que perduram até hoje.

Nesse momento, suas pesquisas eram sobre Jacobina?

Vanicléia Silva Santos: Sim, eu comecei a estudar Jacobina por duas razões principais. A primeira foi a grande influência da pós-graduação em historiografia da UFBA no curso de História em Jacobina. Naquela época, a maioria das pesquisas na UFBA focava na história de Salvador. Além disso, a historiografia social inglesa e francesa predominava, com a perspectiva de fazer uma história do cotidiano, dos vencidos e dos subalternos. A segunda razão foram as fontes disponíveis em Jacobina. Durante a graduação, os professores de Salvador iniciaram um debate sobre a necessidade de desenvolver uma história regional, ou seja, a história da região de Jacobina. Esse conceito é contraditório, pois quem estudava Salvador, São Paulo ou Rio de Janeiro não fazia história regional, enquanto quem pesquisava o interior da Bahia se dedicava a esse tipo de história. Assim, comecei a estudar a população negra de Jacobina nesse contexto, explorando as fontes locais. Embora me inserisse nesse campo, minha abordagem não se limitava estritamente à história regional. Influenciada por aquelas escolas, decidi pesquisar a história de Jacobina a partir da participação da população negra nas festas no início do século XX e como as dinâmicas locais se entrelaçavam com o cenário nacional e internacional. A ideia era examinar as festas, os conflitos e as negociações entre a população negra e as autoridades como um microcosmo da sociedade. Esse enfoque permitiu uma análise mais profunda das interações sociais e das estruturas de poder na região, refletindo processos maiores no Brasil e no mundo.

Você estava fazendo uma história de uma região baiana, mas não em uma universidade da Bahia. E disse que havia tido uma grande influência da historiografia baiana. Mas esse recorte de uma história regional fazia sentido em uma universidade de São Paulo? No seu diálogo com uma historiografia inglesa?

Vanicléia Silva Santos: A discussão sobre história regional era predominante na UNEB.

Na Bahia, nos cursos de pós-graduação lato sensu em História Regional, a proposta era uma história mais localizada, sem grandes conexões externas. Além disso, havia poucos materiais metodológicos ou teóricos específicos para uma abordagem regional. Por outro lado, em São Paulo, o enfoque principal já não era mais a história regional ou local, mas sim a história social. Na PUC-SP, onde muitos professores eram formados na Europa, o foco era na historiografia europeia – tínhamos que ler Michel Vovelle, E.P. Thompson, Allistair Thompson, Vignarello, Raymond Williams e Carlo Ginzburg. Essa dupla orientação sobre a escala da pesquisa me permitiu dialogar com correntes historiográficas mais amplas e internacionalizadas, mesmo ao trabalhar com uma história regional. Assim, consegui integrar a riqueza das fontes locais de Jacobina com uma perspectiva mais ampla e conectada, fazendo sentido dentro do ambiente acadêmico de São Paulo. Em relação ao quesito de saber se o recorte de uma história regional fazia sentido dentro do diálogo com a historiografia inglesa estimulada na PUC-SP, eu diria que, aos 20 anos, é difícil estabelecer uma análise crítica das teorias e metodologias oferecidas aos estudantes. A primeira impressão que tínhamos era que precisávamos aprender e reproduzir todo o conteúdo. Na minha época, não éramos treinados para criticar esses conceitos que eram ensinados nos programas de pós-graduação; aqueles livros funcionavam como fórmulas para resolver nossos problemas e conduzir nossas pesquisas. Também não criticávamos que a bibliografia dos cursos era inteiramente composta por homens europeus. Era o padrão da época, e hoje eu consigo avaliar isso de forma crítica e não repito esse modelo de ensino e nem de bibliografia. Enfim, neste contexto de formação, pude desenvolver uma abordagem que integrava a história de Jacobina com as tendências mais amplas da historiografia social internacional, que era majoritariamente branca. Mas eu encontrei uma maneira de tratar das experiências das pessoas negras usando as ferramentas daqueles autores.

Estamos seguindo cronologicamente...Do mestrado, veio logo o doutorado? Ou se dedicou a outras atividades, pesquisas?

Vanicléia Silva Santos: Após concluir o mestrado, meu desejo imediato era ingressar no mercado de trabalho. Particpei de um concurso para a UNEB para lecionar a disciplina História da Bahia, mas não tive sucesso. Em seguida, fui selecionada para ser professora visitante na Fundação Universidade do Tocantins e me mudei para Tocantinópolis, localizada na fronteira entre Pará, Tocantins e Maranhão. Lá, lecionei disciplinas de metodologias de pesquisa e outras matérias introdutórias. Esse período de um ano no

Tocantins foi essencial para compreender as dinâmicas sociais do Norte do Brasil. A experiência mais marcante foi o trabalho desenvolvido com os estudantes Apinajés. Naquele momento, havia uma grande aversão da população local em relação aos povos originários por causa da demarcação de terras. O preconceito que eu conhecia contra as pessoas negras na Bahia era tão, ou até mais, violento contra os povos indígenas. Em 2002, os povos indígenas ainda eram amplamente tratados como o “Outro” naquela região.

É nesse momento que há também uma maior aproximação com a história da África ou com uma história atlântica?

Vanicléia Silva Santos: Exatamente. No mestrado, eu queria estudar as origens africanas da população de Jacobina, mas não havia fontes disponíveis para o período anterior ao século XX na cidade. No doutorado, estabeleci questões diretas relacionadas ao povoamento de Jacobina por africanos no século XVIII: quem eram os africanos que chegaram a Jacobina? Quando, como e por que chegaram? O foco era investigar as experiências dos africanos em Jacobina por meio das fontes da inquisição. Na primeira reunião com minha orientadora, Marina de Mello e Souza, ela concordou em me orientar caso a pesquisa fosse sobre a África, alinhando-se ao meu objetivo. Logo que entrei no Programa, o Departamento de História da USP aprovou um projeto sobre Escravidão e História Atlântica, com um grande grupo de pesquisa e muitos recursos. Havia reuniões quinzenais para discutir textos, metodologias e teorias, e professores renomados apresentavam suas pesquisas. Foi um verdadeiro treinamento em História Atlântica. Mas a abordagem seguia uma lógica norte-americana, com autores majoritariamente americanos e alguns europeus; não lembro de ter lido historiadores/as africanos/as. Assim, a minha pesquisa aprofundou-se na História Atlântica, conectando as histórias dos africanos no Brasil com a história da África por meio da circulação de conhecimentos e cultura material. O foco era a História Atlântica de forma ampla. Assim, aprendi sobre essas abordagens para tratar das experiências das pessoas negras em Jacobina, na costa Atlântica Africana, e em Portugal utilizando as ferramentas desses autores para enriquecer minha pesquisa.

Mas havia - e ainda há - uma certa crítica aos historiadores brasileiros africanistas que *chegaram* à África pela história atlântica, pela história dos africanos e seus descendentes no Brasil.

Vanicléia Silva Santos: No Brasil, alguns africanistas que se dedicavam exclusivamente à história da África buscavam se posicionar como especialistas "puros" nessa área. Essa autoclassificação, no entanto, refletia uma certa resistência em aceitar profissionais como nós, que integravam a história africana com outras abordagens, como a história atlântica, a história da escravidão e a história dos africanos no Brasil, ou seja, a diáspora. Entre 2009 e 2013, houve críticas por parte de alguns dentro da área que preferiam uma abordagem mais focada e tradicional, desvalorizando as pesquisas que combinavam diferentes perspectivas. Esses profissionais mais tradicionais muitas vezes hesitavam em aprovar em concursos para História da África candidatos cujas pesquisas abordavam a diáspora, argumentando que tais abordagens não eram suficientemente especializadas. Apesar desses desafios, fico satisfeita em observar que hoje há uma aceitação maior e uma valorização das experiências de pesquisas que envolvem a diáspora e a África. Atualmente, muitas pesquisas demonstram que a história social da escravidão e as experiências dos afrodescendentes no Brasil são fundamentais para uma compreensão mais completa da história da África. Essa integração de perspectivas enriquece o campo da historiografia africana, promovendo um entendimento mais completo das interações entre a África e sua diáspora no Brasil.

No volume mais recente do projeto *História Geral da África*, da Unesco, em que é organizadora, encontramos essa perspectiva de pensar as diásporas como parte da história geral da África. Não dá mais para pensar a história da África sem pensar nessa história atlântica conectada?

Vanicléia Silva Santos: Você está absolutamente correta. Quando o Governo do Brasil decidiu financiar, em parceria com a UNESCO, o Volume 9 do projeto *História Geral da África*, a intenção era produzir um novo volume focado na História das Diásporas Africanas. A União Africana considera a diáspora como a sexta região da África, e o Brasil desempenha um papel crucial nesse debate, pois possui a maior população negra fora do continente africano. Assim, o livro adota uma proposta global, reconhecendo que as populações africanas passaram por processos de imigração voluntária e involuntária desde os primórdios da história humana. Embora pareça óbvio que a história da África esteja conectada a todas as sociedades para onde os africanos imigraram, essa narrativa frequentemente não era contada de forma adequada. Muitos países excluíram os africanos da história oficial, apagando suas contribuições essenciais para a formação de várias nações modernas. Portanto, o ponto central do novo projeto da *História Geral da África* é

evidenciar as profundas relações entre o continente africano e outras regiões do mundo, mostrando como os africanos foram fundamentais na formação global ao longo dos diferentes períodos históricos. É necessário pensar a história da África por meio das experiências que conectam pessoas em diversas partes do mundo. Essa abordagem integrada enriquece a compreensão da história africana global, permitindo uma análise mais abrangente e interconectada, superando visões fragmentadas e promovendo um conhecimento mais profundo e inclusivo da história.

Como os historiadores africanos veem essa relação com o mundo atlântico? Eles também estão nesse movimento ou é algo muito mais das Américas?

Vanicléia Silva Santos: Minha experiência com alguns acadêmicos africanos indica que, em geral, eles não compartilham o mesmo nível de interesse que nós, brasileiros, temos nas diásporas africanas. Isso não significa que não existam historiadores africanos que pesquisam o tema, mas, de maneira geral, a diáspora não ocupa um lugar tão central nas suas pesquisas quanto nas nossas. Lembro-me de uma conversa com um professor de uma universidade africana, que disse: “Não sei por que vocês brasileiros gostam tanto desse assunto de escravidão. É uma obsessão por um tema negativo. Há tantas coisas para estudar, mas vocês continuam focando nisso.” Esse comentário reflete uma percepção comum entre alguns colegas africanos, que veem a escravidão e a diáspora principalmente como parte da história brasileira e das Américas, vinculando esses temas às nossas próprias origens e à formação do Brasil. Para nós, estudar a história da diáspora africana é essencial não apenas para compreender nossas raízes, mas também para entender a história da África. Por exemplo, as transformações políticas e econômicas em Angola no século XVII, como a retomada de Luanda pelos Holandeses, estão relacionadas aos interesses econômicos do Brasil naquela região. As dinâmicas do comércio de pessoas na Guiné-Bissau estavam ligadas ao desenvolvimento do Maranhão e da Amazônia. Portanto, a história da diáspora é fundamental para uma compreensão mais completa da história da África e das Américas. Essa abordagem integrada enriquece nossa compreensão da história global, superando visões fragmentadas e promovendo um conhecimento mais profundo e inclusivo das interações históricas entre continentes.

Então, no final das contas, foi a partir dessa perspectiva mais global que também se pensou o novo volume?

Vanicléia Silva Santos: Sim. O conceito de África Global orienta os três novos volumes

da *História Geral da África*. Ao iniciar o desenvolvimento do Volume 9, percebemos a necessidade de revisitar o Volume 1, incorporando novas investigações sobre o início da história. Portanto, o Volume 9 atualiza o Volume 1. O Volume 10 aborda as diásporas africanas desde os primórdios da humanidade até o século XIX, enquanto o Volume 11 foca nas diásporas africanas contemporâneas, tanto dentro quanto fora do continente, além de outros temas atuais relacionados à diáspora. O conceito de África Global busca oferecer uma abordagem que não se restrinja às tradições historiográficas nacionais ou regionais. Nosso objetivo é desenvolver um conceito que abarque um fenômeno global, reconhecendo que as diásporas africanas foram um processo global que também ocorreu dentro do continente africano. Os volumes abrangem as histórias das diásporas em todos os continentes (exceto na Antártica, onde não há população). Assim, trata-se de um fenômeno global que exige uma dimensão igualmente ampla no conceito. Em outras palavras, não pretendemos simplesmente replicar conceitos que se aplicam a um país ou região específica. Por exemplo, conceitos como História Atlântica e Black Atlantic, originários dos EUA, dominam hoje os estudos sobre diásporas africanas em várias partes do mundo. No entanto, a dinâmica das diásporas para as Américas difere significativamente das que ocorreram na Europa, Ásia ou Oceania. A tentativa de adaptar esses conceitos para outras regiões pode levar a uma generalização inadequada, encaixando experiências distintas em uma estrutura conceitual que não corresponde à realidade de cada região.

Queria que falasse também sobre o papel muito importante que exerce na formação de historiadores africanistas.

Vanicléia Silva Santos: Fico imensamente honrada em contribuir para a formação de novos historiadores e historiadoras especialistas em história da África no Brasil. É gratificante ver meus estudantes de doutorado assumindo posições de destaque em universidades brasileiras e estrangeiras, além de desenvolverem trabalhos significativos e inovadores. Meus ex-estudantes de mestrado também realizam trabalhos incríveis na educação básica e continuam pesquisando na área, representando a expansão da historiografia africana no Brasil. Por exemplo, Rogéria Alves investigou arquivos em Portugal, Angola e Brasil, dialogando com uma ampla bibliografia e produzindo um trabalho original. Da mesma forma, Thiago Mota, Felipe Malacco e Raissa Brescia desenvolveram pesquisas inovadoras, marcadas pela representatividade no diálogo historiográfico e pelo desafio a conceitos estabelecidos. Neste papel de formadora de

novos quadros de pesquisadores/as, enfatizo a importância de que nossos programas de pós-graduação não formem estudantes como fomos formados/as, sem criticar conceitos, teorias e métodos, e evitando a reprodução de conceitos estrangeiros sem questionamento. No campo dos estudos africanos, o diálogo com a historiografia nacional e estrangeira é essencial para enriquecer nossas pesquisas. Outro aspecto crucial na formação é a bibliografia. Citar alguém não é apenas técnico, mas uma homenagem. Não podemos mais escrever textos ou oferecer cursos com uma bibliografia majoritariamente composta por homens brancos. Recentemente, participei de uma banca de doutorado sobre a diáspora da África Central no Brasil, cuja bibliografia era predominantemente de autores brancos e americanos, que não eram as principais referências no tema da tese. Para avançarmos nesse problema da predominância da bibliografia americana nos cursos de pós-graduação, é crucial que professores/as elaborem programas de curso mais representativos, que reflitam a riqueza e complexidade dos estudos africanos. Precisamos adotar práticas de diversificação bibliográfica e promoção de autores nacionais, latino-africanos, africanos, europeus e americanos, não somente americanos. Um exemplo crucial da influência da academia americana é a intervenção de Angela Davis no Brasil em 2019, quando ela destacou a necessidade de valorizar também as feministas negras brasileiras, não apenas ela mesma. Consequentemente, editoras passaram a publicar trabalhos de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Neste sentido, tenho um trabalho sério com meus alunos, questionando sobre autores não-brancos. Quem estuda Guiné comigo sabe que pergunto por que não citam Walter Rodney, mas apenas autores brancos posteriores. Citar ou deixar de citar alguém é um ato político. Enfim, estou comprometida em continuar esse trabalho com meus alunos, orientando-os a valorizar vozes marginalizadas e a desenvolver pesquisas rigorosas, inovadoras e representativas de nossa diversidade cultural e histórica. Acredito que, através dessas práticas, podemos transformar a historiografia africana no Brasil, promovendo uma visão mais inclusiva e autêntica de nossa história.

Como é a repercussão da historiografia brasileira sobre África nos Estados Unidos?

Vanicléia Silva Santos: Em relação à historiografia brasileira sobre a África, produzida no Brasil e em língua portuguesa, a repercussão nos Estados Unidos ainda é relativamente limitada, conforme evidenciado pela bibliografia de artigos, livros e programas de disciplinas disponíveis. É importante considerar que os historiadores brasileiros que residem nos Estados Unidos frequentemente alcançam maior visibilidade no meio

acadêmico americano, em parte por publicarem também em inglês e por integrarem o ambiente acadêmico local. Entretanto, a menor visibilidade da historiografia brasileira específica sobre a África pode estar relacionada não apenas à barreira linguística, mas também aos interesses e prioridades de pesquisa das instituições acadêmicas nos Estados Unidos. Para aumentar a repercussão dessa área de estudo, iniciativas como a tradução de trabalhos relevantes, a participação em congressos internacionais e a promoção de colaborações acadêmicas podem ser estratégias eficazes

Pensando mais especificamente nos seus temas de pesquisa, desde a tese, quando trabalhou com as bolsas de mandinga, até as pesquisas mais recentes, com os marfins, você vem já há algum tempo se dedicando à cultura material. Como vem desenvolvendo essas pesquisas? Como elas se conectam com essas discussões mais recentes?

Vanicléia Silva Santos: Eu me defino como uma historiadora da cultura material na África e na diáspora africana. Desde 2003, venho me dedicando ao estudo da cultura material africana na diáspora, iniciando com os estudos das bolsas de Mandinga durante o doutorado. Além disso, a minha experiência no Museu Afro Brasil foi essencial para aprofundar o meu olhar sobre a cultura material africana e afro-diaspórica de uma forma mais ampla. Adicionalmente, o meu envolvimento com o projeto dos marfins africanos no mundo atlântico, focado na cultura material africana pré-colonial, é uma experiência riquíssima. Na sequência, o Penn Museum me convidou para fazer a seleção dos marfins da sua coleção africana para a exposição permanente das Galerias Africanas por causa da minha experiência com o projeto dos marfins Africanos. Ao me definir como historiadora da cultura material africana, reconheci a necessidade de aprofundar o diálogo com a arqueologia e dediquei-me mais a esse estudo. Com parcerias no Departamento de Antropologia da UFMG e com colegas nacionais, africanos e latinos, publicamos o livro “Arqueologia e História da Cultura Material na África e na Diáspora Africana” (2019). Essa colaboração proporcionou uma nova abordagem metodológica e um olhar diferente para as fontes. Recentemente, publiquei um texto sobre práticas funerárias na Guiné-Bissau no século XVII, enfatizando os bens colocados nos caixões para o outro mundo.¹ Por fim, estou desenvolvendo dois projetos de livros sobre cultura material africana na

¹ SILVA SANTOS, V.; FREITAS, R. D. A cultura material em práticas funerárias no Oeste africano (séculos 16-17). *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, Brasil, v. 21, n. 2, p. 453–477, 2024.

diáspora: um sobre uma leitura atlântica do Santo Antônio, no Congo e no Brasil, considerando essas coleções internacionais, fruto dessa experiência no museu; e o outro livro, transformando minha tese em obra publicada, a partir de uma leitura, hoje, mais atualizada de mundo atlântico.

Para finalizar, pode nos falar como tem sido a discussão, nos Estados Unidos, sobre a restituição de objetos africanos que estão nos museus ou em outras coleções ocidentais?

Vanicléia Silva Santos: A discussão sobre a restituição de objetos africanos presentes em museus e coleções ocidentais tem se intensificado nos Estados Unidos, impulsionada pela mobilização da opinião pública tanto no âmbito nacional quanto internacional. No entanto, esse debate, embora necessário, frequentemente ignora nuances cruciais. A restituição, vista como uma forma de corrigir injustiças históricas, não deve ser uma ação isolada. É fundamental compreender as histórias complexas e os significados culturais desses artefatos, além dos processos pelos quais foram retirados de suas origens. Assim, a devolução de objetos vai além do simples ato de retorno; envolve a necessidade de repensar as relações entre sociedades, bem como a memória e a identidade das comunidades africanas, e a forma como o patrimônio cultural é tratado e interpretado. Entre esses artefatos, os bronzes de Benin destacam-se como produtos diretos do tráfico de pessoas escravizadas, simbolizando uma troca perversa entre metal e vidas humanas, que contribuiu para a diáspora africana. Nesse contexto, torna-se essencial que as vozes das pessoas da diáspora sejam incluídas nesse processo pelos museus. Embora alguns museus ocidentais tenham iniciado a devolução de objetos, essa ação frequentemente parece mais voltada para melhorar a imagem pública dessas instituições, sem realmente enfrentar as dinâmicas de poder envolvidas. A devolução pode ser uma resposta diplomática à pressão popular, mas não resolve o problema fundamental: a compreensão e o reconhecimento do contexto histórico e cultural em que esses objetos foram produzidos. Além disso, os museus, que são produtos do colonialismo, ainda controlam as narrativas sobre os objetos africanos que abrigam. A verdadeira transformação não está apenas na devolução desses itens, mas em como as histórias desses artefatos são recontadas e contextualizadas dentro dos próprios museus. É crucial que os curadores evitem classificações simplistas e se comprometam a fornecer uma contextualização adequada da história de cada objeto, transformando os museus em espaços educativos que reeducam o público sobre a verdadeira história das sociedades de onde os objetos

foram retirados. Concluindo, a restituição muitas vezes serve como uma cortina de fumaça que permite aos museus devolver alguns objetos isoladamente, sem enfrentar as estruturas de poder que perpetuam essas injustiças. A verdadeira mudança, no entanto, reside em transformar o papel dos museus em espaços de educação, reconciliação histórica e reflexão crítica sobre os legados do colonialismo.